



CNM

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

Recursos da diferença não paga da complementação da União ao Fundef

Audiência Pública CEXFundeb e CE/CD

04 / junho / 2018

Origem do problema



- **Não cumprimento da legislação do Fundef pela União**

- **EC 14, de 12/09/1996**

ADCT, art. 60, § 3º A União complementarará os recursos dos Fundos a que se refere o § 1º, sempre que, em cada Estado e no Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

- **Lei 9.424, de 24/12/1996**

Art. 6º, § 1º O valor mínimo anual por aluno, ressalvado o disposto no § 4º, será fixado por ato do Presidente da República e nunca será inferior à *razão entre a previsão da receita total para o Fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior*, acrescida do total estimado de novas matrículas, observado o disposto no art. 2º, § 1º, incisos I (matrículas no EF) e II (matrículas na EJA – vetado).

(§ 4º No primeiro ano de vigência do Fundef, valor mínimo anual por aluno fixado em R\$ 300,00).

- **Legislação substituída pela EC 53, de 19/12/2006 e pela MPV 339/2006, convertida na Lei 11.494, de 20/06/2007 – Fundeb**

Implementação do Fundef



Vigência:

- EC 14/1996. ADCT, art. 60, caput: vigência do Fundef prevista para 10 anos (1997/2006)
- Lei 9.424/1996, art. 1º, caput: prorrogou entrada em vigência para 1º de janeiro de 1998 (devido à “resistência dos perdedores”, especialmente dos governos estaduais)
 - art. 1º, § 4º: possibilidade de antecipação da implantação do Fundo por lei estadual (antecipado somente no Pará)
- portanto, vigência do Fundef por nove anos (cinco do Presidente Fernando Henrique e quatro do Presidente Lula)

Definição do valor mínimo nacional:

- durante os nove anos, fixado por ato do Presidente da República, sem observância do disposto na Lei 9.424/1996, art. 6º, § 1º (valor mínimo nacional igual à *média* nacional)

Questionamento judicial



- **Ações judiciais inicialmente de Municípios e, na sequência, dos governos dos Estados beneficiados com a complementação da União ao Fundef**
 - cobrança da diferença não paga da complementação da União ao Fundef devido ao cálculo subestimado do valor mínimo anual por aluno, pelo não cumprimento do disposto na Lei 9.424/1996, art. 6º, § 1º
 - Municípios de 19 Estados, pois outras UF's seriam beneficiadas com a complementação se a Lei fosse cumprida (por ex, MG)
- **Geração de precatórios e dúvidas / polêmicas na aplicação desses recursos recebidos à conta do Fundef**
 - proposta de gestores municipais de aplicação desses recursos em outras áreas da administração pública, como saúde, reforma de ginásios de esporte, estradas etc. (matéria no Jornal Nacional em 23/10/2017)

Esclarecimentos da CNM em 24/10/2017 (I)



Em acordo com decisões do Poder Judiciário (tribunais regionais e STF) e orientações do TCU, Acórdão 1824/2017-TCU-Plenário, com a redação dada pelo Acórdão 1962/2017-TCU- Plenário, reproduzidas no Ofício-Circular FNDE-TCU nº 8/2017, de 22/09/2017, a **CNM orienta que:**

- os recursos da complementação da União ao Fundef *somente podem ser utilizados em despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino*, previstas no art. 70 da LDB;
- tais recursos *não podem ser utilizados para pagamento de honorários advocatícios*, mesmo daqueles responsáveis pela ação judicial por meio da qual o Município terminou por receber tais recursos; e
- devido à natureza extraordinária desses recursos, obtidos por via judicial, a eles *não se aplica a subvinculação* segundo a qual "pelo menos 60% dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública".

Aplicação desses recursos da complementação da União ao Fundef



CNM	TCU
<p>Aplicação em investimentos exclusivamente na área da educação, tais como:</p> <ol style="list-style-type: none">1. construção e reforma de prédios escolares, o que pode incluir, por exemplo, quadras de esportes nas escolas públicas municipais;2. aquisição de equipamentos e material didático, como computadores, livros, etc.	<p>Otimização da aplicação desses recursos:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;2. Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;3. Aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Lições a tirar



Aprendizado

- **EC 53/2006, ADCT, art. 60, inciso VII, alínea “d”:**
 - complementação da União de, no mínimo, 10% do total da contribuição dos Estados/Distrito Federal e Municípios ao Fundeb
 - “despesa” da União vinculada à variação da receita tributária e não à inflação, como na EC 95/2016

Risco

- **Questionamento do valor mínimo nacional por aluno do ensino fundamental do Fundeb**
 - com base na Lei 11.494/2007, art. 32: valor por aluno do ensino fundamental no Fundeb, em 2007, não inferior ao efetivamente praticado no Fundef, em 2006

Considerações finais



- **Importância do acompanhamento e orientação aos Municípios sobre a aplicação dos recursos recebidos à conta da complementação da União ao Fundef**
 - CNM: esclarecimentos e orientações aos gestores e encaminhamento de cópias dos documentos oficiais do STF, TCU e FNDE sobre o tema
- **Necessidade de cumprimento da Constituição Federal e da legislação vigente**
 - responsabilidade na construção de EC's e das leis: desejável X exequível, por ex. na EC do Fundeb permanente e na lei de regulamentação

Função redistributiva da União nas transferências legais para a educação básica pública!



Fone: (61) 2101-6077/6069
E-mail: educacao@cnm.org.br